

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E LIBERDADE NA ONTOLOGIA DE LUKÁCS

Elton Rodrigo Rosa¹
Henrique André Ramos Wellen²

RESUMO

A base da *Ontologia* de György Lukács é o estabelecimento das especificidades da atividade e do movimento do ser social. Essa esfera do ser corresponde a um salto ontológico sobre as determinações do ser orgânico e do ser inorgânico. O ser social inaugura os pores teleológicos e a partir destes, em sua materialização, abre-se a possibilidade para o desenvolvimento material e intelectual do gênero humano. Essas possibilidades alargam os espaços de escolha no agir do ser social, ou seja, ampliam as alternativas que vão orientar a atividade real: tanto no satisfazer de necessidades básicas quanto na fruição. O aumento dessas alternativas corresponde ao desenvolvimento econômico que, por sua vez, corresponde ao processo de afastamento das barreiras naturais. Objetivou-se discutir como esse desenvolvimento econômico é concebido por Lukács e qual é a sua relação com a categoria da liberdade, que só pode existir no ser social.

Palavras-chave: György Lukács; Desenvolvimento Econômico; Liberdade.

ABSTRACT

The foundation of György Lukács' ontology lies in establishing the specificities of social being's activity and movement. This sphere of being represents an ontological leap beyond the determinations of organic and inorganic being. Social being inaugurates teleological positing, and from these positing occasions, in their materialization, the possibility for the material and intellectual development of the human genus emerges. These possibilities expand the spaces of choice in the actions of social being, in other words, they broaden the alternatives that will guide real activity, both in satisfying basic needs and in enjoyment. The increase in these alternatives corresponds to economic development, which, in turn, corresponds to the process of overcoming natural barriers. Its aims to discuss how this economic development is conceived by Lukács and what is its relationship with the category of freedom, which can only exist within social being.

Keywords: György Lukács; Economic Development; Freedom.

¹ CEDEPLAR/UFMG; Doutor; eltonrosa@gmail.com

² CCSA/UFRN; Doutor; harw@uol.com.br

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento econômico não tem apenas implicações para a área de pesquisa da Economia. É um assunto relevante, principalmente nos tempos de hoje, a todas as ciências sociais e à filosofia. No prefácio à primeira edição de *O Capital*, Marx (1991) anunciou seu objeto de estudo como sendo o conjunto de leis de movimento do modo de produção capitalista e não uma investigação sobre estágios de desenvolvimento desse modo de produção e seus conflitos intrínsecos. Contudo, embora não se tratasse da principal de suas preocupações, o desenvolvimento econômico é um tema presente dentro desta obra, visto que o autor alemão aborda, decididamente, elementos relativos a este tema ao relatar, por exemplo, que as classes trabalhadoras de países marcados pela falta do desenvolvimento do modo de produção capitalista sofrem, tanto ou mais, do que as de países onde as transformações econômicas ocorrem em passo mais acelerado.

György Lukács (1984), por sua vez, em sua *Para uma ontologia do ser social*, trabalha também com essa temática. Porém, há um qualificador importante. Por mais que a obra de Lukács seja mais direcionada a um tema filosófico de relevo – “nossas considerações objetivam em primeiro lugar determinar a essência e as peculiaridades do ser social” (LUKÁCS, 1984a, p. 8) – não se pode dizer que sua obra aborde temas supostamente apenas pertinentes ao campo da filosofia.

De maneira análoga, *O Capital*, de Marx, que tem por objetivo investigar “o modo de produção capitalista e as suas relações de produção e de circulação correspondentes” (MARX, 1991, p. 8), não pode ser considerado como uma obra exclusivamente econômica. A Crítica da Economia Política não pode ser tratada como um campo isolado de estudos em que operaria um corte *a priori* acerca do seu tema de análise que o separasse das demais disciplinas. Pelo contrário, conforme elucida Lukács (1984, p. 595): “a rigorosa e exata análise econômica considerada científica estabelece continuamente perspectivas de tipo ontológico sobre a totalidade do ser social”. Portanto, adotar a perspectiva da Crítica da Economia Política não é um enfoque predominantemente econômico, nem um discurso dito crítico sobre os clássicos e vulgarizadores da Economia Política, nem o desenvolvimento de uma nova doutrina emancipadora. A Crítica da Economia Política pode ter algum desses



elementos embutidos, porém, o fundamental é adotar o ponto de vista da totalidade³. É a perspectiva da totalidade que permite que o ponto de vista da Economia Política seja superado.

Para Mészáros (2010), mesmo para os mais brilhantes defensores da ordem vigente, o ponto de vista da Economia Política imporia limitações sérias à sua pesquisa. Não só pela presença do ponto de vista da individualidade isolada ou pela ausência de história nas elaborações da Economia Política. O principal problema é que o ponto de vista da Economia Política tem relação com “premissas práticas (...) que constituem um conjunto de determinações profundamente interconectadas (...) como as importantíssimas características definidoras do sistema orgânico do capital” (MÉSZÁROS, 2010, p. 18). Desse modo, para ele, como essas premissas não poderiam ser abandonadas seletivamente, porque fariam questionar o sistema como um todo, empregar-se-ia o recurso metodológico de compartimentalizar as áreas do conhecimento sobre a humanidade. Isso é feito até um ponto em que as ciências compartimentalizadas “não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra (...) a especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais” (LUKÁCS, 1968, p. 64).

Tal caso poderia ser exemplificado pela obra de um dos mais profícuos e relevantes autores da sociologia: Max Weber. Lukács, no início do século XX, teve estreitos laços pessoais e intelectuais com Max Weber (TEIXEIRA, 2010). Anos depois, principalmente a partir do seu contato com a Crítica da Economia Política, o filósofo húngaro passou a identificar uma importante limitação metodológica em seu antigo mestre. Para Lukács (1968, p. 64), o sociólogo alemão, em suas análises, compartimentalizava o conhecimento sobre a vida social, abandonando, com isso, qualquer perspectiva de totalidade:

Isto pode ser visto claramente através do exemplo de um sábio de nosso tempo, o qual, mesmo sendo um cientista escrupuloso, dispunha de um vasto e multiforme saber e, não obstante, jamais superou uma especialização estreita: refiro-me a Max Weber. Weber era economista, sociólogo, historiador, filósofo e político. Em todos estes campos, tinha à sua disposição profundos conhecimentos, muito superiores à média e, além disso, sentia-se à vontade em todos os campos da arte e de sua história. Não obstante, inexistia nele qualquer sombra de um verdadeiro universalismo.

³ Vale ressaltar que, conforme alerta Lukács (1977), para afugentar uma visão metodológica idealista, é importante apreender a totalidade considerando como dimensão fundamental também a economia, que se lastreia pelo trabalho e pela transformação da natureza.

Diante desse contraste, Lukács também pode ser tratado como um autor da Crítica da Economia Política porque não adota a compartimentalização dos conhecimentos sobre a humanidade e porque se direciona metodologicamente pela busca da totalidade. O seu enfoque mais amplo em questões filosóficas, que se estabelece por um maior escopo do que as presentes em *O Capital* de Marx, por exemplo, não implica necessariamente em prejuízo analítico (desde que não se objetive a apreensão exclusiva de determinações específicas do modo de produção capitalista). Em geral, especialmente nas suas obras maduras, o ponto de vista lukacsiano que não é a-histórico, mas trans-histórico. Almeja perpassar questões sobre o desenvolvimento da humanidade e como esse desenvolvimento se dá a partir do crescimento do reino da liberdade sobre o reino da necessidade em termos materiais e em termos de alternativas de pores teleológicos tornados possíveis.

Objetiva-se nesse artigo analisar de que forma a temática do desenvolvimento econômico está presente nas análises da *Ontologia*⁴ de Lukács e como esse desenvolvimento, apesar dos obstáculos ao acesso por parte dos indivíduos ao gênero humano, existentes em sociedades de classe, amplia as alternativas dos pores teleológicos e como, a partir disso, estes convertem-se em maiores espaços potenciais de liberdade.

2 A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De início, é preciso dizer que há uma série de peculiaridades importantes na *Ontologia* de Lukács (1984) que a diferem diretamente do conjunto de obras que se preocupam propriamente com o desenvolvimento econômico. E essa impossibilidade não deriva apenas do fato de que a obra de Lukács seja eminentemente filosófica.

⁴ O termo ontologia carrega, dentro da tradição filosófica, alguns complicadores de assimilação. É sintomático, nesse sentido, que o dicionário de filosofia de Abbagnano (2007) traga a sua apresentação no interior do verbete “metafísica”. O termo ontologia é associado com tradições filosóficas que procuram estabelecer a essência eterna das coisas em oposição à sua aparência (fenomenologia): e assim, o estudo do ser, dentro dessa visão seria o estudo das categorias eternas, determinadas tanto teologicamente ou por uma suposta natureza humana: essas dimensões eternas rígidas são por essência contrapostas ao projeto original de Marx. A ontologia que Lukács se propõe a fazer difere nesse sentido porque assume existir uma substância cuja categoria determinante principal seja a continuidade: mas, para Lukács, essa continuidade é também uma continuidade na ruptura, e não é impassível a transformações históricas, sendo ela mesma, capaz de se transformar.



Conforme indicado anteriormente, Lukács inscreve com sucesso sua *Ontologia* nos marcos da Crítica da Economia Política. Nesse sentido, como será abordado mais a frente, a preocupação do desenvolvimento econômico do filósofo húngaro dificilmente pode ser concebida como a estreita noção que identifica crescimento econômico de uma nação como única variável importante na direção de um aprimoramento do bem-estar. Na obra de Lukács, esse processo está incluso na dinâmica de aumento das possibilidades materiais do ser social, mas não se esgota nela.

Por outro lado, de forma endógena, existe um problema quanto ao escopo da obra e do projeto lukacsiano. Lukács (1984), tinha como preocupação fundamental reestabelecer algumas categorias e métodos do projeto fundamental de Marx. Sua meta era restabelecer-lhe a contemporaneidade de ser capaz de combater as tendências vulgarizantes do marxismo, assim como as tendências da filosofia conservadora do seu tempo. A respeito destas últimas, é digno de menção o neopositivismo, para quem a própria colocação de questões acerca do “ser” real das coisas seria uma falsa questão (LUKÁCS, 1984a). Daí a preocupação do filósofo húngaro também em interpretar a obra original de Marx como uma ontologia.

Esse restabelecimento ou reinterpretação da obra original de Marx não ocorre, contudo, sem pontos dissonantes. Em primeiro lugar, como indicado na introdução, a abordagem lukacsiana tem a pretensão de possuir um escopo muito maior do que aquele originalmente proposto por Marx na redação de *O Capital*. Embora pesquisar o modo de produção capitalista seja já um projeto bastante extenso, a proposição de Lukács (1984) é estabelecer os fundamentos do que ele chama de ser social.

O ser social não é só a humanidade em si mesma, mas também o conjunto de sua atividade objetiva que se originaria em atos singulares teleologicamente postos e que se consubstancializam como totalidade no gênero humano. O ser social, para Lukács (1986, p. 515), é a conformação de um novo estágio do ser em geral, que estaria em um andar qualitativamente superior em relação ao ser inorgânico e ao ser orgânico. Esse salto qualitativo existe justamente por conta dessa capacidade teleológica inédita da natureza ou do ser em geral até então existente. Em suma, estabelecer esses fundamentos é muito mais do que pesquisar exclusivamente a sociedade capitalista: é realizar a análise desses fundamentos que já estariam presentes no ser social quando realiza o seu salto para além da esfera orgânica, e a



partir dele derivar uma série de potencialidades e contradições que determinam o curso da história posterior e as possibilidades e necessidades que passam a ser abertas por essa fundação e seu desenvolvimento.

Por conta da natureza do projeto também ser distinta, há uma certa subversão de Lukács em relação à ordem de apresentação da empreitada da Crítica da Economia Política inaugurada por Marx.⁵ Como Lukács (1984; 1986) quer analisar o ser social e não apenas o modo de produção capitalista, a ele é dispensado iniciar a análise pela célula econômica fundamental da sociedade contemporânea: a mercadoria. Ele inicia sua análise pelo trabalho, e o faz com referências constantes ao quinto capítulo de *O Capital*, em que Marx realiza a análise do processo de trabalho e o processo de valorização. Aqui, salta aos olhos uma diferença fundamental no projeto dos dois autores: para Marx (1991) a análise do processo de trabalho e de valorização é inteiramente submetida à análise posterior que faz acerca do modo pelo qual o capital constante se transfere à mercadoria final.

Por mais que haja categorias que apontem para uma certa transcendentalidade em relação ao modo de produção capitalista, o objetivo de Marx não ultrapassa os limites deste objeto de análise. Trata-se de saber as diferenças entre o processo de trabalho e o processo de valorização para uma correta compreensão de como o valor se transfere, por exemplo, da máquina para a mercadoria sem que partes físicas dela tenham de ser corrompidas, e como isso não é analogamente possível para matérias-primas. Para Lukács (1986, p. 47), por seu turno, se trata de estabelecer o trabalho não apenas como a categoria de transição fundamental do ser orgânico para o ser social, mas também como modelo de todo o conjunto da prática social humana. A partir disso, o filósofo húngaro procura estabelecer as possibilidades que vão sendo progressivamente abertas ao longo da história, bem como as necessidades inescapáveis que se impõem como resultados da própria atividade ontologicamente humana.

Desse modo, torna-se evidente que a avaliação que Lukács (1984; 1986) apresenta acerca do que entende como desenvolvimento econômico é uma análise com um forte fundo filosófico, que pretende ser uma interpretação *sui generis* à de

⁵ O que não é necessariamente um problema: não se trata aqui de fazer a análise da fidelidade ou não em relação ao projeto original de *O Capital*, mas sim de, apenas, sublinhar as diferenças.



Marx. À diferença de Marx, a análise de Lukács (1986) não estabelece, pelo menos nos seus contornos gerais, uma diferenciação entre o desenvolvimento econômico na sociedade capitalista com relação aos estágios anteriores da sociedade. Não porque Lukács (1986) não tenha consciência de que, em cada estágio da sociedade, o desenvolvimento econômico tenha suas diferenças específicas. Pelo contrário: o filósofo húngaro demonstra plena consciência desse processo quando realiza sua análise sobre a reprodução.

Contudo, uma vez que, para Lukács (1984; 1984a; 1986), interessam os contornos gerais do que caracterizam as especificidades do ser social, no momento em que ele se aproxima do desenvolvimento econômico, trata-se de compreendê-lo como um processo que possui um caráter trans-histórico. Isto é, vislumbra-se uma categoria presente em todas as etapas do desenvolvimento histórico da sociedade, que comparece na figura do progressivo afastamento das barreiras naturais (que será abordado em seguida). Não se trata de ignorar as diferenças das formas de desenvolvimento em diferentes sociedades, mas de compreender os traços mais gerais, unificadores e universais do desenvolvimento em suas manifestações particulares.

Uma noção geral de desenvolvimento econômico requer, entretanto, que se estabeleça qual visão de Economia tem-se pressuposta. A visão de Economia em Lukács (1984) enfoca os processos econômicos como parte de um conjunto social total e que se encontra em íntima relação com os demais processos sociais. Sua perspectiva seria, de forma imagética, como uma linha condutora na qual a sociedade se organiza, consciente ou inconscientemente, para retirar da natureza os meios de produção e subsistência. Desse modo, quanto mais sofisticados e eficientes forem os métodos de retirar-se da natureza tais meios, mais desenvolvida pode ser considerada uma sociedade. Por isso, sua análise do desenvolvimento econômico pode também conter elementos que estejam para além das variáveis imediatamente econômicas ou segundo as categorias com as quais a literatura especializada tem se acostumado a tratar do assunto.

Para que se compreenda o processo de afastamento das barreiras naturais e como ele se dá, é necessário compreender o que, na visão de Lukács (1984), constitui a evolução de um estágio do ser sobre o ser precedente. A sua visão ontológica



classifica o ser, entendido como a totalidade do existente, em três dimensões fundamentais: o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social. Na sua concepção, o ser inorgânico não parece dotado da capacidade interna de evolução, porque não há nenhum estágio anterior sobre o qual ele se baseia: ele é autônomo e se move, se transforma e perece sem deixar de ser inorgânico. O ser orgânico ou biológico depende do ser inorgânico para existir, tem sua essência baseada sobre este, ainda que possua categorias que lhe sejam exclusivas ou autônomas. Por exemplo, a noção de sucesso ou viabilidade só faz sentido a partir do ser orgânico. A evolução, se não faz sentido no ser inorgânico, passa a fazer no orgânico, e isso é explicitado da seguinte maneira: “O caminho da evolução é o que provê o máximo domínio das categorias específicas de uma esfera da vida sobre e a partir daquela cuja existência e efetividade se baseiam de modo indissolúvel no nível de ser inferior” (LUKÁCS, 1986, p. 8). Isso significa, para o ser orgânico, que o seu metabolismo passaria a basear-se autonomamente e predominantemente na esfera do próprio ser orgânico e, de modo geral, quando há contato com o ser inorgânico, essa integração se submete à legalidade orgânica.

No ser social, o papel de esfera imediatamente inferior é assumido pelo ser orgânico e, por extensão, mediatamente, pelo ser inorgânico. Se a evolução é, como se disse, o domínio cada vez maior das categorias específicas de um determinado estágio do ser sobre o ser anterior, e se o ser orgânico e o ser inorgânico constituem a totalidade da natureza, então quanto mais afastada se tornar a natureza, tanto maior será o estágio de evolução do ser social. Assim, não se trata de considerar uma sociedade intrinsecamente mais evoluída do que outra: trata-se de um critério objetivo de medir o desenvolvimento econômico segundo o maior domínio sobre os seres orgânico e inorgânico. Esse afastamento progressivo da natureza – o que não significa possibilidade de supressão ou de plena independência, já que o ser social se baseia na existência orgânica de seus indivíduos constituintes – é, em grande medida, determinado pelas capacidades crescentes do ser social em termos de produção material.

Então, quanto maior for a capacidade produtiva, maior será o domínio sobre a natureza, e tanto maior será a distância entre as determinações diretas da natureza



sobre a sociedade que, portanto, se situará em um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico através de um crescente processo de socialização.

As leis essenciais do desenvolvimento econômico, ou seja, redução do tempo social de trabalho necessário para a reprodução, afastamento da barreira natural com a crescente socialização da sociedade e integração das sociedades originalmente pequenas até o surgimento de uma economia mundial (LUKÁCS, 1986, p. 458-9).

A questão que agora se impõe é a de saber de que forma ocorre esse afastamento das barreiras naturais. Na visão do filósofo húngaro, a resposta a esse questionamento se encontra nos próprios fundamentos do trabalho. Ele a encontra em uma passagem de *O Capital* e a eleva a um status de pedra fundamental de sua ontologia, da qual irá, com mais ou menos mediações, derivar os princípios de funcionamento das demais dimensões da vida social:

O trabalho é, primeiramente, um processo entre ser humano e natureza, um processo no qual o ser humano, por sua própria atividade, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele próprio se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, para apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Enquanto atua por meio desse movimento sobre a natureza a ele externa e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve potências nela adormecidas e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não tratamos aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. A condição em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho legou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se despiu ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao ser humano. Uma aranha executa operações que são semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha vários arquitetos humanos com a construção dos seus favos. Mas, o que destaca, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho chega-se a um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, que, portanto, já existia idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; ele realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina como lei o jeito e o modo de sua atividade e o qual tem de subordinar à sua vontade (MARX, 1991, p. 162).

Essa citação, embora longa, permite sintetizar a visão de Lukács (1986) acerca do processo de trabalho e que, nesse sentido, aponta para o complexo afastamento das barreiras naturais. Segundo o autor, “através do trabalho é realizado um novo pôr teleológico no seio do ser material como o surgimento de uma nova objetividade” (LUKÁCS, 1986, p. 12). A ideia do “pôr teleológico” significa uma posição ou o exercer de uma atividade cujo conteúdo material a ser realizado é colocado, antes, idealmente – daí o seu caráter teleológico. Essa teleologia, contudo, possui limites. Não se trata de uma teleologia cósmica ou universal, como é o caso das visões teológicas precedentes a Marx. Não há um elemento ideal que se realiza na história, entendida como totalidade: o que há são pores teleológicos que se limitam à práxis humana em



situações concretas e particulares. Desse modo, por mais que haja o elemento teleológico na realização dos atos singulares, de maneira alguma, quando observados em sua totalidade, levam a um percurso teleológico na história ou nos destinos humanos: exatamente porque a teleologia não esgota a atividade humana.

Como afirma Marx na citação anterior, o trabalhador se defronta com a matéria natural como uma força natural. Essa força natural é dada pela própria natureza do objeto, pelas leis que determinam sua existência, sua função e seu perecimento em um determinado ponto do tempo-espço. Dentro da ontologia de Lukács, essas leis, que antecedem a própria existência do ser social e que são a ele completamente indiferentes, são chamadas de causalidades:

Enquanto, diga-se, a causalidade é um princípio que se baseia sobre o seu próprio automovimento e que também preserva esse seu caráter, mesmo quando uma cadeia causal em tenha seu ponto de partida em um ato de consciência, a teleologia é, segundo sua essência, uma categoria posta: todo processo teleológico contém a colocação de um fim e, portanto, uma consciência que põe fins. Pôr não significa, assim, nesse contexto, apenas um elevar à consciência, como é o caso com outras categorias, principalmente com a causalidade; ao contrário, a consciência inicia com o ato de pôr um processo real, precisamente o processo teleológico. (LUKÁCS, 1986, p. 13)

É dentro da relação entre teleologia e causalidade que surge a possibilidade de desenvolvimento humano em qualquer aspecto: entre eles, o econômico. Um fator essencial para o afastamento das barreiras naturais, isto é, para a ampliação das capacidades de produção material da humanidade, é a sua capacidade de apropriar-se, através da prática e da consciência, da natureza, e sujeitá-la à sua vontade. O ser humano, ao trabalhar, realiza uma posição teleológica a partir de causalidades que são dadas e pré-existentes. Ao realizar essa posição teleológica sobre a matéria, contudo, de forma alguma, a causalidade perde o seu caráter inicial de causalidade.

O ser humano é capaz de inserir nessa causalidade alguma novidade, mas de forma alguma, isso se dá a partir da supressão das leis da natureza: apenas na sua transformação ou reorganização da matéria. Isso torna o ato teleológico não mais do que um ato teleológico posto, que tanto durante, quanto ao final do processo, não perderá, de forma alguma, suas propriedades causais. Todo ato teleológico é realizado também permeado pelas leis da natureza. Após a realização própria do ato, o objeto resultante é totalmente sujeito à causalidade:

o ser humano atuante de modo prático na sociedade se defronta aqui com uma segunda natureza, em relação à qual, se ele quiser lidar com sucesso, deve, em primeiro lugar, se comportar como diante da primeira natureza, ou seja, deve tentar transformar o curso



independente das coisas com relação à sua consciência, num curso posto, através do conhecimento da sua essência e que imprime a ele a sua vontade (LUKÁCS, 1986, p. 110).

Ao imprimir-lhe uma finalidade, o ser humano que trabalha passa a apreender cognitivamente os nexos causais presentes na própria realidade. Para realizar qualquer tarefa é necessário um conhecimento mínimo acerca da matéria sobre a qual se trabalha. Assim, como Marx (1991) assinalou em sua passagem, ao realizar processos de objetivação, o ser humano modifica a si mesmo. Modifica-se porque, dentre outras coisas, desenvolve e adquire novas habilidades e competências; assimila, de forma mais precisa, os seus sentimentos e afetos; acerta, erra e com isso identifica e conhece novos nexos causais. Ao produzir, há sempre a produção de uma novidade, que pode ser a reiteração de algo já produzido antes, mas pode ser também a introdução de pequenas modificações que vão alterando o resultado final do processo de trabalho, ou que efetuam o mesmo de uma maneira mais adequada.

A cada passo dado nessa direção, na medida em que se generalizam, por meio da linguagem e da comunicação, os resultados dessas pequenas modificações perpassam o gênero humano, de modo que o trabalho cria uma margem cada vez mais ampla para o ser social: há mais possibilidades de se realizar as necessidades e novos meios materiais para satisfazê-las. Como afirma Lukács (1986, p. 117), há um “necessário e ininterrupto apontar-para-além-de-si nos atos de trabalho”. O conjunto dessa totalidade de trabalhos que sempre remetem para além de si mesmos, cria constantemente novas possibilidades de realização diante também da sempre renovada criação de novas necessidades.

Contudo, embora nos atos individuais haja uma margem para o surgimento de novas alternativas, em grande parte elas são recebidas da geração anterior, e são percebidas para o indivíduo, portanto, como uma herança do gênero humano.

O sujeito somente pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, através das possibilidades determinadas a partir desse determinado complexo de ser que existe independentemente dele (LUKÁCS, 1986, p. 39-40).

É na ampliação das alternativas que reside o afastamento das barreiras naturais. Quanto mais os resultados do trabalho humano são generalizados, maior se torna o conhecimento da relação entre ser social e natureza, e surgem novas possibilidades de objetivação sobre estas, assim como a progressiva criação de novas necessidades, que, retroativamente, demandam novas alternativas. Quanto mais se aprofunda esse ciclo, tanto mais as categorias mais puramente sociais determinam a

PROMOÇÃO



APOIO





relação primordial entre ser social e natureza e tanto mais as barreiras naturais se afastam. Conforme Lukács (1984, p. 76), quanto mais esse processo se autodetermina e evolui, tanto mais se demonstra “o nexó indissolúvel, universalmente necessário, entre o desenvolvimento econômico objetivo e o do ser humano”.

Esse processo conjunto leva cada vez mais o ser social em direção a um complexo importante, que é resultado progressivo do próprio processo de desenvolvimento econômico. Conforme Lukács (1984; 1986), quanto mais são postas as possibilidades em termos de alternativas, ou seja, escolhas possíveis entre diferentes necessidades e distintos caminhos para atender-se a essas mesmas necessidades através dos processos de objetivação, tanto maior se torna o reino da liberdade. Para o autor não existe uma liberdade abstrata: a liberdade é sempre relativa e limitada. Se o ser social amplia o seu reino de liberdade através da progressiva criação de novas alternativas que surgem com o desenvolvimento econômico, então pode-se dizer que ela é uma liberdade concreta, limitada, e principalmente, criada progressivamente no interior do próprio ser social. A liberdade surge através da alternativa existente no pôr teleológico:

Nessa alternativa aparece, vale dizer, numa forma claramente delineada, pela primeira vez, o fenômeno da liberdade que é completamente estranho à natureza: enquanto a consciência decide, em termos alternativos, sobre qual finalidade quer pôr e como para isso deve transformar as cadeias causais necessárias em postas como meio de realização, surge um complexo dinâmico da realidade que não encontra nenhum tipo de analogia na natureza. O fenômeno da liberdade pode, portanto, apenas aqui ser detectado em sua gênese ontológica (LUKÁCS, 1986, p. 98)⁶.

3 Conclusão

⁶ Observa-se a existência de concepções não-marxistas de mundo que também correlacionam desenvolvimento econômico e liberdade. Por exemplo, Amartya Sen (2010) relaciona liberdades de subsistir, de ter a sua dignidade assegurada, a liberdade política e outras que se relacionam a um certo liberalismo supostamente progressista. Para Sen (2010), importa analisar essas liberdades como um contraponto às teorias do desenvolvimento contemporâneas que enfocam apenas o crescimento da renda, ou mesmo aquelas que discutem determinadas transformações estruturais, mas que não contribuíram para a efetiva realização desse preceito humano. Lukács (1984) por seu turno, enxerga as limitações à liberdade impostas pelo capital, por mais que este seja uma força motriz, mesmo que limitada, ao desenvolvimento das forças produtivas.



Um dos grandes méritos de Lukács foi explicitar a existência de uma continuidade no processo histórico, e como essa continuidade, ela mesma, é passível de rupturas que alteram, em determinado momento, o curso dos fatos – como demonstram os saltos entre os níveis de ser. Com o ser social, novas legalidades passaram a existir na realidade e, com isso, de forma cada vez mais autônoma. Pelo processo de trabalho, que é categoria que funda e que diferencia o ser social em relação ao ser orgânico, Lukács demonstra os desenvolvimentos que permitiram que a humanidade se desenvolvesse e se explicitasse de modo cada vez mais social, e menos imediatamente determinada pela natureza.

Nesse sentido, sua teoria aporta uma perspectiva potencialmente evolucionária, e esse processo de evolução – que pode ser medido pelo afastamento das determinações naturais sobre o ser social – anda conjuntamente com o desenvolvimento econômico na sua percepção. Por não se tratar de uma análise puramente econômica, deve-se entender o objetivo a que Lukács se propôs: demonstrar o processo de desenvolvimento que existe no ser social, e que, com esse desenvolvimento, mais alternativas são geradas. Desenvolvimento econômico, do ponto de vista do gênero humano, é o caminho para a liberdade: ampliam-se as alternativas que antecedem a decisão de um pôr teleológico. A liberdade, como resultado do ampliar das alternativas, culmina com a ética. Não há, portanto, uma análise precisa sobre a ética sem se levar em consideração a sua ontologia. Segundo a inferência de Oldrini (2017) o motivo da necessidade dessa conexão está no próprio objeto da Ética: “O tipo de práxis humana que interessa à Ética é o agir na base de princípios derivados de posições teleológicas conscientes, as quais pressupõem, (...) como sua condição indispensável, a liberdade de escolha entre alternativas” (OLDRINI, 2017, p. 333-4).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico em uma sociedade não é suficiente para que a ética apareça como objeto de estudo. É necessário que existam condições para que a materialidade da liberdade se efetive: e essa efetivação não se dá apenas a partir do desenvolvimento do gênero humano. As alternativas para os pores teleológicos devem existir na prática. E isso só ocorre se se superar os obstáculos materiais das sociedades de classe que não deixam “curso livre para o desenvolvimento das exigências mais autênticas e mais profundas da pessoa como



individualidade realizada” (OLDRINI, 2017, p. 357). Contudo, se o desenvolvimento econômico não é condição suficiente para a ampliação das liberdades e a realização da ética, sem ele, nem liberdade, nem ética se tornam possíveis porque dependem também de aspectos materiais.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LUKÁCS, Georg. Geschichte und Klassenbewusstsein. In: LUKÁCS, Georg. **Werke**. Band 02. 2 Auflage. Darmstadt und Neuwied: Luchterhand, 1977.

LUKÁCS, Georg. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, Georg. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. In: LUKÁCS, Georg. **Werke**. Band 13. Darmstadt und Neuwied: Luchterhand, 1984.

LUKÁCS, Georg. Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. In: LUKÁCS, Georg. **Werke**. Band 13. Darmstadt und Neuwied: Luchterhand, 1984a.

LUKÁCS, Georg. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. In: LUKÁCS, Georg. **Werke**. Band 14. Zweiter Halbband. Darmstadt und Neuwied: Luchterhand, 1986.

MARX, Karl. Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe (MEGA)**: zweite Abteilung “Das Kapital” und Vorarbeiten. Band 10. Berlin: Dietz Verlag, 1991.

MÉSZÁROS, István. **Social Structure and Forms of Consciousness**. New York: Monthly Review Press, 2010.

OLDRINI, Guido. **György Lukács e os problemas do marxismo do século 20**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, Mariana. Considerações Biográfico-intelectuais Sobre um Diálogo Vivo: Georg Lukács e Max Weber na Heidelberg do Início do Século XX. In: **Ideias**, 1(2), 98–119, 2010.